

Sumário

| | |
|--|----|
| Capítulo 1 ► TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL | 17 |
| 1.1. Conceito e nomenclatura | 17 |
| 1.2. Origem: o Direito Mercantil | 18 |
| 1.3. Evolução histórica: do Direito Comercial ao Direito Empresarial | 19 |
| 1.3.1. Teoria dos atos de comércio | 19 |
| 1.3.1.1. Problemas da teoria dos atos de comércio..... | 20 |
| 1.3.2. Teoria da empresa | 21 |
| 1.3.2.1. Conceitos de empresa e empresário..... | 22 |
| 1.3.3. Unificação do Direito Privado | 24 |
| 1.4. Características do Direito Empresarial | 25 |
| 1.5. Princípios do Direito Empresarial | 26 |
| 1.5.1. Função social da empresa | 27 |
| 1.5.2. Livre-iniciativa | 28 |
| 1.5.3. Livre concorrência | 29 |
| 1.5.3.1. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência..... | 30 |
| 1.5.4. Tratamento favorecido das ME e EPP | 33 |
| 1.6. Fontes do direito empresarial brasileiro | 36 |
| Capítulo 2 ► ESPÉCIES DE EMPRESÁRIO | 39 |
| 2.1. Empresário individual | 42 |
| 2.1.1. Profissionais intelectuais..... | 44 |
| 2.1.2. A inscrição do empresário individual..... | 46 |
| 2.1.3. Tratamento especial do empresário rural | 48 |
| 2.1.4. Impedimentos legais ao exercício de empresa | 50 |
| 2.1.5. Empresário individual incapaz | 51 |
| 2.1.6. Empresário individual casado | 56 |
| 2.1.7. Prepostos do empresário | 60 |
| 2.1.7.1. Gerente..... | 60 |
| 2.1.7.2. Responsabilidade pelos atos dos prepostos..... | 61 |
| 2.2. Sociedade empresária | 63 |
| 2.3. ME (microempresa) e EPP (empresa de pequeno porte)..... | 63 |
| 2.4. MEI (microempreendedor individual)..... | 65 |
| Capítulo 3 ► REGISTRO EMPRESARIAL | 67 |
| 3.1. Introdução | 67 |

| | |
|--|------------|
| 3.2. Legislação específica | 68 |
| 3.3. Juntas Comerciais | 69 |
| 3.3.1. Atos de registro..... | 71 |
| Capítulo 4 ► ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL..... | 77 |
| 4.1. Conceito de estabelecimento empresarial..... | 77 |
| 4.2. Natureza jurídica do estabelecimento empresarial..... | 79 |
| 4.3. Trespasse do estabelecimento empresarial..... | 80 |
| 4.3.1. Efeitos obrigacionais do trespasse..... | 84 |
| 4.3.2. Cláusula de não concorrência | 90 |
| 4.3.3. Aviamento e clientela | 94 |
| Capítulo 5 ► NOME EMPRESARIAL | 97 |
| 5.1. Conceito de nome empresarial | 97 |
| 5.2. Proteção legal do nome empresarial | 97 |
| 5.3. Outros elementos de identificação dos empresários | 100 |
| 5.4. Espécies de nome empresarial..... | 101 |
| Capítulo 6 ► ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL | 107 |
| 6.1. Obrigação legal de escrituração | 107 |
| 6.2. Formalidades da escrituração | 108 |
| 6.3. Proteção legal dos livros empresariais | 109 |
| 6.4. Eficácia probatória dos livros empresariais..... | 110 |
| Capítulo 7 ► DIREITOS INDUSTRIAL..... | 113 |
| 7.1. Propriedade intelectual | 113 |
| 7.2. Legislação específica | 113 |
| 7.3. Patentes..... | 116 |
| 7.3.1. Requisitos de patenteabilidade..... | 119 |
| 7.3.2. Titularidade da patente | 120 |
| 7.3.3. Prazo de vigência da patente..... | 123 |
| 7.3.4. Licença da patente..... | 123 |
| 7.3.5. Patentes pipeline e patentes mailbox..... | 126 |
| 7.4. Registro de desenho industrial..... | 129 |
| 7.4.1. Requisitos de registrabilidade do desenho industrial..... | 129 |
| 7.4.2. Prazo de vigência do desenho industrial..... | 130 |
| 7.5. Registro de marca | 130 |
| 7.5.1. Distintividade da marca | 132 |
| 7.5.2. Espécies de marca | 136 |
| 7.5.3. Âmbito de proteção da marca..... | 139 |

| | |
|--|------------|
| 7.5.4. Vigência do registro de marca | 144 |
| 7.6. Indicações geográficas | 145 |
| 7.7. Trade dress (conjunto-imagem do produto) | 146 |
| 7.8. Puffing (exagero publicitário) | 147 |
| Capítulo 8 ▶ TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO | 149 |
| 8.1. Sociedade: conceito e características..... | 149 |
| 8.2. Classificações das sociedades | 153 |
| 8.3. Tipos societários..... | 155 |
| 8.4. Sociedade exploradora de atividade rural..... | 156 |
| 8.5. Personalização jurídica das sociedades..... | 157 |
| 8.5.1. Desconsideração da personalidade jurídica..... | 159 |
| 8.5.1.1. Teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica | 161 |
| 8.5.1.2. Teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica | 162 |
| 8.5.1.3. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica | 166 |
| 8.5.1.4. A desconsideração inversa da personalidade jurídica | 169 |
| 8.5.1.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica | 170 |
| 8.6. Sociedades dependentes de autorização | 172 |
| 8.7. Sociedade nacional | 173 |
| 8.8. Sociedade estrangeira | 173 |
| 8.9. Sociedade entre cônjuges | 175 |
| 8.10. Sociedade cooperativa | 176 |
| 8.11. Operações societárias | 179 |
| 8.11.1. Transformação..... | 179 |
| 8.11.2. Incorporação | 181 |
| 8.11.3. Fusão | 184 |
| 8.11.4. Cisão | 185 |
| 8.11.5. Coligação | 187 |
| Capítulo 9 ▶ SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS | 189 |
| 9.1. Observação prévia | 189 |
| 9.2. Sociedade em comum | 189 |
| 9.3. Sociedade em conta de participação | 193 |
| Capítulo 10 ▶ SOCIEDADES CONTRATUAIS | 201 |
| 10.1. Introdução | 201 |
| 10.2. Natureza jurídica do contrato social..... | 201 |
| 10.3. Formalidades do contrato social | 202 |
| 10.4. Registro do contrato social | 202 |
| 10.5. Cláusulas gerais do contrato social | 204 |

| | |
|--|------------|
| 10.5.1. Qualificação dos sócios | 204 |
| 10.5.2. Qualificação da sociedade | 205 |
| 10.5.3. Capital social | 205 |
| 10.5.4. Subscrição e integralização das quotas | 206 |
| 10.5.4.1. Sócio remisso | 208 |
| 10.5.5. Administração da sociedade | 209 |
| 10.5.5.1. Responsabilidade pelos atos dos administradores..... | 211 |
| 10.5.6. Participação nos resultados sociais..... | 214 |
| 10.5.7. Responsabilidade dos sócios pelas dívidas sociais..... | 215 |
| 10.6. Deliberações sociais..... | 216 |
| 10.7. Modificação do contrato social..... | 218 |
| 10.8. Morte de sócio | 219 |
| 10.9. Cessão de quotas | 220 |
| 10.10. Direito de retirada | 221 |
| 10.11. Exclusão de sócio | 222 |
| 10.12. Sociedade em nome coletivo..... | 225 |
| 10.13. Sociedade em comandita simples | 227 |
| 10.14. Sociedade limitada | 228 |
| 10.14.1. Legislação aplicável à sociedade limitada | 230 |
| 10.14.1.1. Aplicação supletiva das normas da sociedade anônima..... | 231 |
| 10.14.2. Quotas sociais na sociedade limitada | 232 |
| 10.14.2.1. Cessão de quotas na sociedade limitada | 234 |
| 10.14.2.2. Sócio remisso na sociedade limitada..... | 237 |
| 10.14.2.3. Aquisição de quotas pela própria sociedade limitada..... | 237 |
| 10.14.2.4. Quotas preferenciais na sociedade limitada..... | 239 |
| 10.14.3. Administração da sociedade limitada | 240 |
| 10.14.4. Conselho fiscal na sociedade limitada | 243 |
| 10.14.5. Deliberações sociais na sociedade limitada | 244 |
| 10.14.6. Alteração do capital social da sociedade limitada | 250 |
| 10.14.7. Exclusão extrajudicial de sócio por justa causa na sociedade limitada . | 253 |
| 10.15. Procedimento dissolutório das sociedades contratuais | 254 |
| 10.15.1. Dissolução parcial das sociedades contratuais..... | 258 |
| 10.15.1.1. Efeitos da dissolução parcial das sociedades contratuais | 260 |
| Capítulo 11 ► SOCIEDADE ANÔNIMA | 263 |
| 11.1. Introdução | 263 |
| 11.2. Legislação aplicável à sociedade anônima | 263 |
| 11.3. Características importantes da sociedade anônima | 264 |
| 11.4. Classificação das sociedades anônimas | 265 |

| | |
|---|------------|
| 11.4.1. Bolsas de valores e mercado de balcão | 266 |
| 11.4.2. Mercado de capitais primário e mercado de capitais secundário | 267 |
| 11.5. Constituição da sociedade anônima..... | 268 |
| 11.5.1. Requisitos preliminares de constituição da sociedade anônima | 268 |
| 11.5.1.1. Constituição por subscrição pública..... | 268 |
| 11.5.1.2. Constituição por subscrição particular..... | 270 |
| 11.5.1.3. Algumas regras gerais sobre a subscrição das ações | 271 |
| 11.5.2. Formalidades complementares à constituição de sociedade anônima | 274 |
| 11.6. Capital social da sociedade anônima..... | 275 |
| 11.6.1. Acionista remisso | 277 |
| 11.6.2. Ações | 278 |
| 11.6.2.1. Classificações das ações | 278 |
| 11.6.2.2. Valor da ação..... | 282 |
| 11.6.2.3. Direitos essenciais dos acionistas | 283 |
| 11.7. Valores mobiliários | 284 |
| 11.8. Assembleia geral da sociedade anônima..... | 288 |
| 11.8.1. Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária | 291 |
| 11.9. Administração da sociedade anônima | 292 |
| 11.9.1. Conselho de administração | 293 |
| 11.9.2. Diretoria | 298 |
| 11.9.3. Normas comuns aos conselheiros e diretores..... | 300 |
| 11.9.4. Deveres dos administradores | 301 |
| 11.9.5. Responsabilidade dos administradores..... | 304 |
| 11.10. Conselho fiscal na sociedade anônima | 308 |
| 11.11. Controle acionário..... | 309 |
| 11.11.1. Espécies de poder de controle | 312 |
| 11.11.2. Governança corporativa..... | 313 |
| 11.11.3. Alienação de controle | 314 |
| 11.11.3.1. Oferta pública de aquisição (OPA) | 315 |
| 11.11.4. Acordo de acionistas..... | 316 |
| 11.12. Procedimento dissolutório da sociedade anônima | 317 |
| 11.12.1. Dissolução parcial da sociedade anônima | 319 |
| 11.13. Sociedade em comandita por ações | 320 |
| Capítulo 12 ► TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR | 323 |
| 12.1. Introdução | 323 |
| 12.2. Legislação aplicável..... | 323 |
| 12.3. Sujeição legal..... | 325 |
| 12.3.1. Empresas públicas e sociedades de economia mista..... | 327 |

| | |
|---|------------|
| 12.3.2. Sociedades empresárias submetidas a liquidação extrajudicial..... | 328 |
| 12.4. Foro competente | 330 |
| 12.5. Participação do MP..... | 332 |
| 12.6. Aplicação subsidiária do CPC | 333 |
| 12.7. Administrador judicial | 336 |
| 12.8. Comitê de credores..... | 341 |
| 12.9. Assembleia geral de credores | 343 |
| Capítulo 13 ► RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... | 349 |
| 13.1. Princípio da preservação da empresa | 349 |
| 13.2. Requisitos legais para o pedido de recuperação judicial | 350 |
| 13.3. Formalidades da petição inicial do pedido de recuperação judicial..... | 357 |
| 13.4. Constatação prévia na recuperação judicial..... | 359 |
| 13.5. Deferimento do processamento do pedido | 360 |
| 13.5.1. Verificação e habilitação de créditos na recuperação judicial..... | 363 |
| 13.5.2. Suspensão das ações e execuções individuais na recuperação judicial | 370 |
| 13.6. Plano de recuperação judicial | 381 |
| 13.6.1. Meios de recuperação | 383 |
| 13.6.2. Objeções dos credores | 386 |
| 13.6.3. Deliberação dos credores..... | 386 |
| 13.7. Necessidade de apresentação de CND pelo devedor | 391 |
| 13.8. Concessão da recuperação judicial..... | 392 |
| 13.9. Convocação da recuperação judicial em falência..... | 396 |
| 13.10. Encerramento da recuperação judicial..... | 398 |
| 13.11. Plano especial de recuperação judicial para ME e EPP | 400 |
| 13.12. Conciliação e mediação na recuperação judicial..... | 403 |
| Capítulo 14 ► RECUPERAÇÃO EXRAJUDICIAL..... | 405 |
| 14.1. Introdução | 405 |
| 14.2. Requisitos legais da recuperação extrajudicial..... | 405 |
| 14.3. Plano de recuperação extrajudicial..... | 406 |
| 14.4. Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial | 406 |
| 14.5. O pedido de homologação do art. 162 da LRE | 408 |
| 14.6. O pedido de homologação do art. 163 da LRE | 408 |
| 14.7. Procedimento de homologação do plano de recuperação extrajudicial | 410 |
| 14.8. Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial | 412 |
| Capítulo 15 ► FALÊNCIA | 415 |
| 15.1. Introdução | 415 |
| 15.2. Legitimidade ativa | 416 |

| | |
|---|------------|
| 15.3. Fundamento do pedido | 417 |
| 15.4. Resposta do devedor..... | 421 |
| 15.5. Denegação da falência | 421 |
| 15.6. Decretação da falência..... | 423 |
| 15.6.1. Efeitos da decretação da falência | 426 |
| 15.7. Arrecadação dos bens do falido..... | 428 |
| 15.7.1. Arrecadação de bens dos sócios de sociedade falida | 430 |
| 15.7.2. Investigação de atos anteriores à falência | 432 |
| 15.7.3. Pedidos de restituição | 436 |
| 15.8. Realização do ativo..... | 437 |
| 15.9. Verificação e habilitação de créditos da falência | 442 |
| 15.10. Pagamento dos credores | 445 |
| 15.10.1.Créditos concursais | 447 |
| 15.11. Encerramento do processo falimentar..... | 456 |
| 15.12. Extinção das obrigações do falido..... | 457 |
| Capítulo 16 ► TÍTULOS DE CRÉDITO | 461 |
| 16.1. Introdução aos títulos de crédito | 461 |
| 16.2. Conceito de título de crédito | 461 |
| 16.2.1. Princípios dos títulos de crédito..... | 462 |
| 16.2.2. Características dos títulos de crédito..... | 464 |
| 16.3. Evolução histórica dos títulos de crédito | 464 |
| 16.4. Classificações dos títulos de crédito..... | 465 |
| 16.5. Legislação aplicável aos títulos de crédito no Brasil | 467 |
| 16.5.1. Títulos de crédito no Código Civil | 469 |
| 16.5.1.1. Autonomia e omissão de requisito legal..... | 469 |
| 16.5.1.2. Conteúdo e forma dos títulos de crédito..... | 470 |
| 16.5.1.3. A desmaterialização dos títulos de crédito..... | 471 |
| 16.5.1.4. Cláusulas proibidas nos títulos de crédito | 472 |
| 16.5.1.5. Títulos de crédito em branco ou incompletos..... | 472 |
| 16.5.1.6. Obrigação cambial de representante/mandatário..... | 473 |
| 16.5.1.7. Títulos representativos | 473 |
| 16.5.1.8. Nascimento da obrigação cambial (teoria da criação versus teoria da emissão)..... | 474 |
| 16.5.1.9. Os títulos ao portador..... | 474 |
| 16.6. Principais institutos cambiários | 475 |
| 16.6.1. Endosso | 475 |
| 16.6.1.1. Endosso em branco e endosso em preto | 477 |
| 16.6.1.2. Endosso impróprio..... | 478 |

| | | |
|--|--|------------|
| 16.6.1.3. | Endosso póstumo ou tardio | 479 |
| 16.6.1.4. | Endosso x cessão civil de crédito..... | 480 |
| 16.6.2. | Aval..... | 480 |
| 16.6.2.1. | Aval x fiança | 483 |
| 16.6.2.2. | Necessidade de outorga conjugal em aval prestado por pessoa casada | 484 |
| 16.6.3. | Protesto | 485 |
| 16.7. | Principais espécies de títulos de crédito típicos/nominados | 488 |
| 16.7.1. | Letra de câmbio | 488 |
| 16.7.2. | Nota promissória..... | 491 |
| 16.7.3. | Cheque | 494 |
| 16.7.4. | Duplicata..... | 502 |
| 16.7.4.1. | Duplicata escritural | 509 |
| Capítulo 17 ▶ TEORIA GERAL DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS | | 511 |
| Capítulo 18 ▶ CONTRATOS DE COLABORAÇÃO EMPRESARIAL | | 517 |
| 18.1. | Subordinação empresarial nos contratos de colaboração | 517 |
| 18.2. | As cláusulas de exclusividade nos contratos de colaboração | 519 |
| 18.3. | Comissão mercantil | 520 |
| 18.4. | Representação comercial..... | 524 |
| 18.5. | Concessão mercantil | 532 |
| 18.6. | Franquia (<i>franchising</i>) | 533 |
| Capítulo 19 ▶ OUTRAS ESPÉCIES DE CONTRATOS EMPRESARIAIS | | 537 |
| 19.1. | Contratos bancários | 537 |
| 19.1.1. | Depósito bancário..... | 538 |
| 19.1.2. | Mútuo bancário | 539 |
| 19.1.3. | Desconto bancário | 540 |
| 19.1.4. | Abertura de crédito | 541 |
| 19.2. | Alienação fiduciária em garantia | 542 |
| 19.2.1. | Alienação fiduciária de bens imóveis..... | 543 |
| 19.2.2. | Bens móveis | 544 |
| 19.3. | Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)..... | 549 |
| 19.3.1. | A cobrança antecipada do valor residual (VRG) | 550 |
| 19.4. | Fomento mercantil (<i>factoring</i>) | 553 |
| 19.4.1. | Características do <i>factoring</i> | 555 |
| BIBLIOGRAFIA | | 557 |